

Sob o signo da suspeita. As loucuras do poder ditatorial

UNDER THE SIGN OF SUSPICION. THE MADNESS of dictatorial power

Daniel Faria*

RESUMO



Esse artigo se divide em quatro partes. Na primeira, discutimos alguns usos de termos derivados do campo semântico da loucura quando o assunto é a ditadura civil-militar de 1964. Isso tanto no sentido do teor paranoico do poder ditatorial, quanto no dos efeitos traumatizantes que ele gerou em suas vítimas. Na segunda, estudamos o funcionamento da suspeita generalizada. Na terceira, desenhamos um perfil do aparato repressivo ditatorial, do ponto de vista da paranoia. Por fim, comentamos como Renato Pompeu escreveu um romance fundamental, no qual a ditadura foi vista, por assim dizer, de dentro de um hospício. O objetivo dessa discussão é ampliar o leque de possibilidades de análises das linguagens políticas, no que se refere à ditadura.

Palavras-chave: Ditadura. Loucura. Regime de signos despótico-paranoico

ABSTRACT



This paper has four sessions. First, we discuss some uses of terms that come from the semantic field of madness, when the subject of 1964's dictatorship is at issue. This related to the paranoid aspect of dictatorial power and to the emotional effects felt by its victims. In the second part, we study how the generalized suspicion works. Third, we design an image for the repressive apparatus, referred to the question of paranoia. Finally, we discuss how Renato Pompeu wrote a crucial novel, in which the dictatorship is watch by someone who is inside a madhouse. The objective of this study is to enrich the field of the studies about political languages, specifically on the case of dictatorship.

Keyword: Dictatorship. Madness. Paranoid-despotic regime of signs.

* - Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília e-mail: krmazov@hotmail.com

1 - Ressonâncias da loucura ditatorial

Com frequência, encontramos palavras associadas ao campo semântico da loucura (como delírio e paranoia, por exemplo) em textos que tratam da ditadura civil-militar no Brasil. E isso não somente em comentários mais cotidianos, nos quais é corriqueiro o recurso ao amplo espectro da loucura quando se trata de lidar com o excessivo ou mesmo o monstruoso – como é o caso de um regime de governo em que a exceção é a norma, o abuso se confunde com o usual e a perseguição política se instaura como eixo do poder. Também em trabalhos acadêmicos, expressões que remetem ao amplo espectro da desrazão são recorrentes. E se fala aqui em desrazão e loucura em seus sentidos mais amplos, que englobam mas não se esgotam nos sentidos construídos pelos discursos psiquiátricos (PELBART, 2009). O que sugere que, mesmo que não desenvolvidos de modo mais elaborado, pode ser encontrado algum sentido mais analítico, conceitual, nesses usos. Ou seja, que existe uma percepção de que a lógica ditatorial fere frontalmente o senso comum, a sensatez ou o bom senso (sensatez, bem entendido, como expressão de adaptação social. A lucidez e o conhecimento não são, necessariamente, sensatos).

O pressuposto desse artigo é o de que as linguagens políticas são muito complexas e variadas, e mesmo que com o risco de empobrecer a discussão pela via do tratamento dos autoritarismos como desvios ou doenças numa sociedade, supostamente, predestinada a uma mal definida “normalidade democrática”, vale a pena pensarmos um pouco mais profundamente sobre o que está implícito nessas falas sobre a loucura ditatorial e o que elas podem nos dizer sobre a ditadura, do ponto de vista de sua análise histórico-política, enriquecendo nossa historiografia.

Vejam alguns exemplos. No importante livro de Carlos Fico (2001) encontramos um bom número de alusões ao insensato, ao delirante na ditadura. O autor observa, por exemplo, que quando se entra em contato com o discurso da “comunidade de informações” uma primeira reação é o riso. E isso por conta das avaliações grotescas e de evidentes falseamentos da realidade que proliferam em seus acervos documentais. Em outros momentos, Fico cita fontes que ele mesmo considera “delirantes”. Como ele mesmo observa, porém, esse tipo de atribuição de delírio à ditadura corre o risco de se limitar ao folclórico, ao escárnio – quando estamos diante de uma máquina governamental muito complexa e organizada, marcada pelo profissionalismo – e também pela brutalidade. O monstruoso e o excessivo, o grotesco e o delirante, portanto imersos na normalidade mais burocrática, em plena banalidade do mal.

Flávio Deckes (1985, p. 11), por sua vez, em passagem certamente menos analítica que as de Fico, afirma que seu livro trata da “brutalidade de alguns homens brasileiros enlouquecidos”. Porém, tratando-se de uma loucura que não seria exclusiva da direita terrorista que ele estuda, uma vez que também as duas décadas da ditadura foram “tresloucadas”, segundo as palavras

do autor. Em sua radiografia do terror, Deckes sugere, inclusive, que a diminuição do número de atentados terroristas entre 1970 e 1975 se deveria ao fato de que a própria máquina governamental passou a funcionar como disseminadora do terror – para além da convivência tensa e ao mesmo tempo pautada por silêncios convenientes que assistimos nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao período mais violento da ditadura, entre terrorismo de direita e governo. Sendo assim, seria algo como se a loucura daqueles homens tivesse tomado conta de parte da máquina do Estado.

Mesmo em falas internas ao campo da própria ditadura, em suas tensões e disputas, encontram-se avaliações desse teor. Em carta a Geisel datada de 1978, o brigadeiro Eduardo Gomes saiu em defesa do capitão-aviador Sérgio Miranda de Carvalho, reformado em 1969 por ter denunciado um esquema de terrorismo e assassinatos a serem promovidos por paraquedistas do PARA-SAR, esquema este planejado pelo brigadeiro João Paulo Burnier. Na carta, Burnier é chamado de paranoico, doente mental, responsável por “ações delirantes e perversas”, e mesmo assim sendo secundado por outros – o que indica que sua “loucura” não era uma mera singularidade, mesmo aos olhos do brigadeiro Eduardo Gomes, e num texto claramente sobrearregado por um teor polêmico interno (GORENDER, 1987, p. 151). Apesar de talvez ser desnecessário, é importante lembrar que Burnier foi o arquiteto do CISA e um dos golpistas mais atuantes antes e em 1964.

Com esses exemplos, nota-se que a temática da loucura surge, sobretudo, quando o que está em questão é o aparato repressivo em sua face mais visível: a censura, as perseguições e violências e a chamada comunidade de informações. Para além dos exemplos aqui citados, mas já implícito neles, os sentidos contextuais de tais usos são bastante variados. Por vezes, trata-se de um uso mais polêmico, segundo um teor pejorativo implícito na ideia estigmatizada de doença mental.¹ No caso do uso pejorativo, os embates políticos se expressam no tratamento satírico dado aos agentes diretos da repressão como portadores, eles mesmos, de alguma patologia. Trata-se do recurso de ridicularizar, parte comum dos embates políticos. Em outros casos, o sentido dado aos termos do espectro da desrazão expressa mais uma inquietude, uma quase impossibilidade analítica de se encontrar alguma racionalidade nas práticas da repressão, quando esta se mostra extremada e mesmo aleatória. Existe, por fim, uma suspeita de que houve, durante a ditadura, uma lógica específica, paralela ao que o senso comum entenderia como sensata e que esta lógica seguiria, de algum modo, padrões delirantes.

Outros usos ainda podem ser encontrados, mas com esses três aqui indicados: o chiste arrasador; a expressão de espanto ou medo e a procura por uma lógica própria à ditadura, temos já um painel suficientemente amplo. Em todos eles pode estar presente um pressuposto dualista de oposição entre normalidade e patologia. Oposição que tem desdobramentos não só no campo da psicologia, mas também no da política – num sentido, inclusive, ideológico bastante empobrecedor. Por exemplo, se supõe que existiria algo como uma “normalidade democrática” em oposição aos autoritarismos como formas patológicas, desviantes, de exercício do poder.

¹ Da extensa bibliografia sobre o tema, destaco: Castel (1978) e Cunha (1986).

Pressuposto que se choca com o dado de que o autoritarismo e os regimes ou medidas de exceção são bastante comuns no mundo contemporâneo e que, mais grave ainda, pode ser mera reprodução irrefletida da ideologia da Guerra Fria, sobre o ocidente moderno e civilizado predestinado à democracia.

Por outro lado, note-se que usos semelhantes, e com consequências dramáticas, porque somavam ao discurso o uso dos dispositivos de poder já construídos para enclausurar e agredir os “loucos”, também são encontrados em falas de agentes da ditadura para desqualificar militantes. Como mostra Cecília Maria Bouças Coimbra (2004), o discurso e as práticas “psis” exerceram um papel fundamental no controle social durante a ditadura. Por um lado, ao associar noções de periculosidade e doença (em casos como o dos “subversivos” e dos “drogados”), parte importante da psiquiatria ofereceu uma justificativa ideológica para a negação da dimensão política dos conflitos. Por outro, ao naturalizar um padrão moral de vida íntima e privada em que se enfatizava a segurança, o sucesso individual e a adaptação social, o campo das “psi” reproduziu o discurso moral defendido pelo regime. Em muitos casos houve, inclusive, participação mais direta de profissionais “psis” na própria repressão: por exemplo, em pesquisas realizadas com presos políticos.

Nesse sentido, de atuação mais direta na repressão, uma das histórias mais fortes foi a vivida por Ary Abreu Lima da Rosa. Preso em 1969 por distribuir de panfletos na UFRGS, voltados para a discussão da política estudantil sobre a situação da universidade, Ary foi enquadrado em crime contra a Lei de Segurança Nacional. Depois de uma tentativa frustrada de entrar na luta clandestina, Ary voltou para casa e, por iniciativa de seus pais, passou por internamentos em instituições psiquiátricas. Em novembro de 1970, depois de meses internado, Ary, segundo a versão oficial defendida pelos órgãos da ditadura, teria se suicidado no Hospital da Base Aérea de Canoas-RS. Para sustentar a tese da “doença mental”, o psiquiatra José A. Godoy Gavioli elaborou um laudo caracterizando Ary como um inadaptado ao meio familiar. Como sintomas dessa inadaptação eram incluídas as “ideias reformistas, principalmente esquerdistas, socialistas ou mesmo comunistas.”² Deixar a barba crescer em sinal de protesto contra o capitalismo, participar de política estudantil, nada eram, segundo o laudo, a mais do que aspectos de uma “psicopatologia esquizoparanoide”.

Mas não foi só no nível dos diagnósticos que a máquina do terror ditatorial recorreu ao arsenal da “loucura”. Pode-se dizer que, num nível relevante, ela mesma, a estrutura repressiva, foi promotora de traumas e rupturas emocionais. Em primeiro lugar, num sentido mais genérico, o ambiente de perseguição constante faz de atitudes associadas ao conceito de paranoia partes de uma tática necessária à sobrevivência: desconfiança constante, atenção ininterrupta, tentativa de

² O laudo consta em: Arquivo Nacional, Memórias Reveladas. Acervo dos órgãos de informação do regime militar, fundo CEMDP, BR DFANBSB AT0 0019 0004, p. 67. A tese da “doença mental” foi usada pelo encarregado de um IPM sobre a morte de Ary, o capitão da aeronáutica Watson Ramalho, foi usada para fundamentar a versão do suicídio. Além do fato de sua prisão/internação ter motivos claramente políticos, muitas contradições tornam improvável a tese de que Ary se suicidou. Seu perfil pode ser consultado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade: http://www.cnv.gov.br/images/relatorio_final/MortoseDesaparecidos_1970-1971.pdf.

interpretar obsessivamente todos os sinais e vestígios deixados por um perseguidor potencialmente onipresente. Para aqueles que participavam de qualquer atividade que pudesse ser considerada “subversiva” ou ao menos “suspeita”, era importante saber que existiam agentes infiltrados, que a prática da delação era incentivada e que os custos de uma eventual prisão eram altíssimos. Assim, por exemplo, no escrito “Poema de 22 de março (para Gerson e Maurício)”, Alex Polari (militante da VPR, preso e torturado e que ainda testemunhou o assassinato de Stuart Angel) refere-se a alguém que morreu na luta e à necessidade de avisar as pessoas sobre as quedas ocorridas, refletindo sobre a necessidade de se recompor, mesmo no isolamento, no desespero, na derrota: “Adiei as reflexões maiores/ adiei as conclusões mais penosas/ visto que o cerco se fechava em meu redor/ e um bom guerrilheiro/ respeita sua própria paranoia/ por uma questão de sobrevivência,/ por uma questão de instinto” (POLARI, 1978, p. 33-34).

Aqui, quase como uma mimetização da estrutura repressiva e sua rede de informações e vigilância, o militante deve incorporar, em sua própria subjetividade, algo da forma obsessiva da lógica ditatorial – paradoxalmente, para não sucumbir a ela. Mas ainda há mais: com a tortura sistemática temos a violência traumatizante. O psiquiatra Amílcar Lobo, que atuou na Casa da Morte de Petrópolis e foi denunciado por Inês Etienne Romeu como um torturador, conta em seu livro a história de um jovem apelidado de Papaleo (LOBO, 1989, p. 36). Segundo Lobo, o major Sampaio teria dito, rindo, que um dos presos da Casa da Morte estava muito louco. Ao analisar o caso, o psiquiatra teria concluído que, de fato, Papaleo teria desenvolvido “ideias delirantes, alucinações visuais e auditivas.” A tarefa atribuída a Lobo era tratar o jovem, para que ele, recobrando a razão, pudesse ser usado como isca na captura de outros militantes. Mas, ainda de acordo com o psiquiatra o caso era grave, Papaleo “afirmava que fazia o sol e a lua nascerem, e as chuvas eram desencadeadas por ele, bem como o vento, o calor e o frio, mas precisava liquidar um tigre que o espreitava no jardim da casa, em cima de um parapeito lá existente.” Então, um dia o major Sampaio teria perguntado se Papaleo ia ou não melhorar, enquanto o próprio jovem os observava, distante, sentado no sofá. Amílcar Lobo teria afirmado que o caso era incurável e o major, então, teria sacado o revólver e assassinado o jovem ali mesmo. No que parece ser mais uma tática de defesa, o psiquiatra Lobo recorre, em seu livro, ao argumento de que ele também foi exposto a uma situação traumatizante e que, inclusive, teria dito a outros agentes da Casa da Morte que ele também corria o risco de enlouquecer. Mas, mesmo que sem negar que a atuação em atrocidades pode gerar efeitos emocionais traumáticos, afigura-se um absurdo colocar algoz e vítimas no mesmo patamar. O diagnóstico de “louco incurável” dado pelo psiquiatra só poderia ser, naquele contexto, uma sentença de morte.

Como o caso de Papaleo, existiram outros. Em setembro de 1968, saiu no Correio da Manhã uma denúncia de que uma sessão tortura promovida por agentes da Polícia Federal, em Brasília, teria levado um estudante ao ponto do enlouquecimento. O caso teve grande repercussão, gerando inclusive debates no Congresso Nacional, mas as investigações foram interrompidas com a decretação do AI-5, em dezembro do mesmo ano. A história de Alduísio Moreira também foi relatada no livro de Flávio Tavares, um dos pioneiros nas denúncias de torturas e violações aos

direitos humanos no Brasil ditatorial (TAVARES, 1972, p. 179-180). Quando participava de uma reunião de estudantes, o então militante da Ação Popular foi preso e submetido a torturas bárbaras. Os agentes da Polícia Federal simularam que o iam fuzilar e matar, por afogamento, nas águas no Lago Paranoá. Disso, o estudante saiu com um quadro bastante acentuado de trauma psíquico.

Mais um exemplo: em junho de 1970, os agentes do SNI na Universidade de Brasília apreenderam um panfleto com a denúncia de que a estudante Maria Regina Peixoto tinha sido presa e torturada, estando internada na ala psiquiátrica do Hospital Distrital de Brasília. A história de Maria Regina também pode ser encontrada no projeto Brasil Nunca Mais: ela foi presa exatamente ao tentar denunciar a prática da tortura num encontro de bispos em Brasília. De acordo com o laudo médico, após as torturas a estudante se encontrava em estado de confusão espacial e temporal, com perda de memória recente, extrema dificuldade de fala e acentuadas reações emotivas.³

Enfim, como alerta Fico, estamos bem distantes de uma situação que mereça uma análise folclórica, como se a loucura se limitasse à estupidez ou ao ridículo, ou como se os excessos de uma forma de governo baseada no terror fossem meras expressões de quadros patológicos individuais. Temos, ao contrário, uma estrutura repressiva que parece funcionar de acordo com uma lógica insensata e, que por sua vez, propaga experiências traumatizantes.

2. Sob o signo da suspeita. À procura do rosto do inimigo.

O objetivo desse artigo é explicitar um sentido analítico para falas e intuições de que havia, na ditadura, algo do campo daquilo que na modernidade se chama de desrazão. Por outro lado, não se trata aqui, de forma alguma, de se pressupor uma leitura de viés patológico – a qual, ao invés de esclarecer, serviria apenas para ocultar a dimensão do autoritarismo, tratando-o como se ele fosse incompatível com a modernidade e seus padrões de normalidade, num sentido triunfalista que acaba por esvaziar a própria ideia de democracia. A questão é outra: a análise das múltiplas linguagens da política, das diferentes lógicas que põem um projeto ou uma máquina repressiva em movimento, bem como seus efeitos sobre a população, mais especificamente aqueles que sofreram diretamente as ações traumatizantes do terror. Não se trata de elaborar uma pretensa explicação geral para a história da ditadura, que deve ser estudada em múltiplas perspectivas e de acordo com a própria complexidade da política. Mas sim de pensar num tipo de linguagem que operou em certos níveis do regime ditatorial. Níveis, está claro, nada desprezíveis, uma vez que estavam no eixo da vigilância e da repressão.

Uma forma interessante de se colocar a questão é perceber essas tramas da loucura e da desrazão políticas sob a ótica do conceito de “regime de signos” , de autoria de Deleuze e Guattari (2008, p. 61-107), para assim se sair do horizonte do psíquico (que, evidentemente, não é

³Projeto Brasil Nunca Mais. “Consequências da tortura” , disponível em <http://www.dhnet.org.br/dados/projetos/dh/br/tnmais/index.html>.

negado em si, mas apenas não cabe nessa proposta de leitura). Um determinado regime de signos é uma forma de expressão linguística, uma configuração que produz e confere sentidos, que estabelece modalidades de atuação, que organiza e estrutura aparatos sociais e políticos. Não se tratando, portanto de algo como uma representação linguística da realidade, e sim uma forma de vida social.

Temos, por exemplo, o regime de signos despótico-paranoico – que, de acordo com Deleuze e Guattari, emergiria em diferentes situações históricas, em vários níveis da vida (da política, à família, à pessoa). Este regime se faz presente quando se estabelece um centro significante em torno do qual a linguagem e a experiência são organizadas. Não se trata apenas de uma questão linguística, no sentido mais usual, porque temos aí uma organização do exercício do poder, uma pragmática. No regime despótico-paranoico, um centro produz signos que devem ser traduzidos e interpretados por uma série de agenciamentos que se estabelecem ao seu redor. Este centro pode ser, por exemplo, o palácio do déspota, de onde, supostamente, emana o próprio ordenamento da realidade, como se o déspota fosse uma espécie de eixo da realidade, em proporções cósmicas. Neste regime de signos, em tese, nada pode escapar da rede circular, ou em espiral, de signos – ou seja, não são aceitáveis acidentes, desvios, imprevistos, porque todos os planos reproduzem o que estaria expresso, de antemão, no centro. Quando tais desvios existem, eles são jogados no lugar do abjeto, do que deve ser destruído, da poluição, do inimigo a ser massacrado.

Estamos diante de um ordenamento cerrado da realidade. Para nos aproximarmos do sentido paranoico da ditadura civil-militar, notemos que, quando se trata da “comunidade de informações” e da repressão, tudo poderia se referir ao signo da subversão. A rigor, segundo a lógica da repressão, não existiriam inocentes ou ingênuos, e sim “patriotas” ou, do outro lado, “inocentes úteis” e “subversivos”. De acordo com essa lógica, extremamente fechada e centrada em si mesma, qualquer atitude, ato, fala, acontecimento poderia ser interpretado como mero caso ilustrativo de uma luta histórica que era uma e sempre a mesma: o embate entre civilização cristã ocidental e o comunismo subversivo. Uma das fontes do riso comentado por Carlos Fico é exatamente esta: quando lidamos extensamente com a documentação produzida pela “comunidade de informações”, notamos que ali não existem acontecimentos irrisórios, acidentais. O que lhe empresta um ar de construção forçada de sentido para situações, inúmeras vezes, aleatórias ou exageradas: um professor de economia que inclui livros de Marx na bibliografia de uma disciplina já está a um passo da “subversão” e terá que se explicar à polícia. Um jovem que tem muitos amigos e transita entre militantes de esquerda, artistas e boêmios, é assim por ser um aliciador a serviço do comunismo internacional (casos não inventados, exemplos tirados da extensa documentação da ASI/UnB – assessoria do SNI que operava dentro da universidade, guardada no acervo do Arquivo Nacional).

Nessa lógica cerrada, despótica, foram montadas estruturas de vigilância muito complexas e detalhistas. De fato, não temos um déspota pessoal na ditadura, mas do ponto de vista do regime de signos, o déspota não precisa ser um indivíduo; o seu lugar pode ser ocupado por uma ideologia, como foi o caso das teorias conspiratórias que tanto marcaram a Guerra Fria e que

deram a ela, e não somente no Brasil, esse aspecto de insensatez, insanidade (ARENDR, 1972, p. 3-48). O fundamental é que cada plano da vida social apenas reproduz os signos dos outros planos, de modo que nada reste de alheio ao signo despótico-paranoico. Recordemos o caso de Ary: inadaptação à família, militância estudantil, ideias reformistas, socialistas e comunistas, deixar a barba crescer, esquizofrenia; todos esses níveis apenas sintomas de um deslocamento – como se, no fundo do “subversivo” estivesse o “doente mental”, ou vice-versa.

Ainda seguindo Deleuze e Guattari, um regime de signos raramente aparece em estado, por assim dizer, puro. Os regimes se misturam, compondo a vida social, a máquina política, as subjetividades. Assim, por exemplo, ao lado do regime despótico-paranoico podemos ter o regime passional. Nesse caso, os signos não são estruturados ao redor de um centro de significância e sim são considerados expressões de alguma subjetividade: como, por exemplo, no caso da confissão e do arrependimento cristãos. No que se refere à ditadura, Mariana Joffily (2013) mostra de modo consistente que a prática sistemática da tortura obedecia a lógicas distintas e acopladas: de um lado, inventariar informações, mapear a “subversão”, de outro, produzir arrependimento, transformar “subversivos” em “cidadãos”. Ou seja: uma estranha mistura entre estratégia militar e moral inquisitorial, informação e sujeição. Um sentido despótico-paranoico de controle absoluto e mapeamento total da realidade, sobreposto à paixão do martírio, da confissão, do arrependimento.

Esse tipo de leitura da máquina ditatorial pode causar algum incômodo porque estamos mais habituados a lidar com a história política dentro dos parâmetros das tradições liberal e utilitarista. De acordo com essas tradições, em linhas bem gerais, o que rege o mundo é a dinâmica dos interesses, que teriam sua própria racionalidade – que o utilitarismo chega a confundir com a razão em si mesma. E não é por acaso que essa ideia de racionalidade adentrou o próprio campo da psiquiatria, confluindo para a ideia de que o sujeito normal, são, seria aquele capaz de conhecer e agir de acordo com seus interesses. De acordo com esses pressupostos, a ditadura seria explicada se entendêssemos quais os interesses em jogo, fossem individuais ou de classe, e de que forma a organização da repressão e da vigilância responderam a esses interesses. Não se trata aqui de negar que o nível dos interesses é fundamental para o entendimento da história política (que o aparato repressivo visava defender privilégios, garantir a manutenção de uma sociedade excludente e assim por diante), mas de pensar que ao lado desse nível existiam outras lógicas operando, outras formas de racionalidade. Afinal, como fica a racionalidade dos interesses quando, de acordo com a lógica da suspeição generalizada e de teorias conspiratórias cerradas, o inimigo pode ser qualquer um, estar em qualquer lugar e adotar qualquer tática com o objetivo de “destruir a civilização”? Pensemos, então, um pouco mais sobre o sentido de conceitos tão centrais à ditadura como os de “subversivo”, “suspeito” e “inocente útil”.

À primeira vista, uma ação subversiva é facilmente identificada. No contexto das políticas autoritárias contemporâneas, tão obcecadas pela manutenção da ordem e da segurança, a imagem da subversão se tornou corriqueira, mesmo banal. Como o discurso que recorre às teias da ordem passa exatamente pela exibição reiterada dos significados e manifestações do que seria

o estado ordenado, a ação subversiva teria aparentemente o mesmo grau de obviedade. Ficamos então no terreno da circularidade, da ideia de que subversão é tudo aquilo que fere a ordem, que traz insegurança. Se a isso somamos a ideia, tão comum nos pensadores e projetos autoritários, de que a ordem social e política corresponderia à realidade histórica em si mesma, o estatuto da subversão seria ainda mais óbvio, como tentativa de ultrapassagem dos limites do real.

Este aspecto da subversão óbvia, desde que saibamos perceber onde começa e onde termina a ordem (seja na perspectiva de seus defensores, seja na daqueles que assumem para si a tarefa dita subversiva), tem correlação com um aspecto da narrativa. A descrição de uma ação, como evento que se mostra no mundo, é um acontecimento linguístico como outro qualquer – sua facilidade e sua dificuldade não difere, por exemplo, dos desafios apresentados a quem pretende descrever algo como um dia chuvoso. Porém, ainda segundo o filósofo, a descrição tropeça em seus limites quando pensamos no “quem” é responsável pela ação. Se agir é iniciar algo novo, atribuímos a propriedade do iniciar a alguém dotado do poder de agir. O que, ao menos em nosso universo desencantado, excluiria um evento como a chuva do território narrativo da ação. Assim, quando deslizamos da descrição da ação subversiva para o agente da ação o problema ganha nova tonalidade, pois aqui o tema da liberdade entra em cena. Ou seja: surge o problema do sujeito, como agente em potencial de qualquer tipo de ação, independentemente de suas qualificações sociais (qualificações que dizem não quem a pessoa é, mas o que ela é). A distinção feita entre a descrição de uma ação e a atribuição da responsabilidade a um agente interessa apenas porque ela repercute de maneira surpreendente num dos problemas policiais enfrentados pelos Estados autoritários contemporâneos: o de conseguir prever, controlar e impedir a eclosão das ações ditas subversivas. O que pressupõe a habilidade de saber identificar quem são os agentes subversivos em potencial.

Como mostrou Marion Brepohl Magalhães (1997) em seu artigo, no Brasil da ditadura dos anos 1960 a 1980, montou-se, também com o intuito do policiamento preventivo, uma complexa rede de informação que incluía um aparato institucional e cidadãos imbuídos da meta da prevenção às supostas ações da desordem. Uma das preocupações das autoridades era exatamente saber distinguir os tipos de informantes, em seu grau de confiabilidade, protegendo-se contra os enganos de pessoas vingativas ou simplesmente “paranoicas”. Outra era ensinar aos seus possíveis aliados como eles poderiam reconhecer um agente subversivo.

Citando um panfleto datado de 1969, a autora apresenta um documento que tinha este sentido, de pedagogia do informante. Trata-se de um texto intitulado “Decálogo da Segurança”, do qual destaco dois tópicos:

- 2 - Antes de formar uma opinião, verifique várias vezes se ela é realmente sua, ou seja, se não passa de influência de amigos que o envolveram. Não estará sendo você um inocente útil numa guerra que visa destruir você, sua família e tudo o que você mais ama nesta vida?
- 3 - Aprenda a ler jornais, ouvir rádio e assistir TV com certa malícia. Aprenda a captar mensagens indiretas e

intenções ocultas em tudo o que você vê e ouve. Não vai se divertir muito com o jogo daqueles que pensam que são mais inteligentes do que você e estão tentando fazer você de bobo com um simples jogo de palavras. (MAGALHÃES, 1997).

Evidentemente, como observa a autora, este suposto reconhecimento não era apresentado como atividade puramente intelectual, uma vez que a motivação para a vigilância contínua era o clima de terror instaurado pela repressão e pela propaganda. À aparente obviedade inicial do binômio ordem e ação subversiva, portanto, sobrepõe-se outro carregado de ambiguidades, incertezas, entre o agente da ordem e o agente da subversão. Aqui, a ordem pode ser pensada mais como desejo de ordem, e a subversão como projeção deste mesmo desejo num outro, no inimigo. E assim as certezas se esfacelam, sob o signo da suspeita. Ou, a título de exemplo: a comunidade de informações tratava todo estudante como suspeito, ou “subversivo em potencial” – a questão era saber, afinal, quem, entre os estudantes, daria o salto da potência para o ato.

É importante observar, ainda, que em torno da figura do “subversivo” emergia uma série de personagens complementares, dentro da lógica ditatorial. O que as marcava era um jogo de aproximação e distanciamento com relação àqueles que seriam os inimigos. Veja-se, por exemplo, o romance *Os sete matizes do rosa*, escrito pelo General Ferdinando de Carvalho (1978) (responsável pelo IPM do PCB entre 1966 e 1964, fazia parte, ainda, na qualidade de ideólogo, do chamado Grupo Secreto, responsável por atentados terroristas entre as décadas de 1960 e 1980). O arroubo literário do general tem todas as características de uma ficção autoritária: a mesma mensagem sempre reiterada em diferentes episódios, a caracterização sumária e simplista das personagens, a construção de um enredo que é mera ilustração de uma ideologia facilmente identificável... O romance é uma espécie de painel de personagens não “subversivos”, mas que, por “ingenuidade” ou “oportunismo” (expressões usadas no próprio livro) tornavam-se “agentes sub-reptícios” do comunismo internacional. Nesse quadro, o livro apresenta, dentre outros, o “cripto-comunista”, o liberal que acredita nos direitos humanos, o estudante arrebatado por ideais juvenis, o intelectual livresco, o artista vaidoso – todos, de uma forma ou de outra, recaindo na categoria do “inocente útil”.⁴ Matizados de rosa por serem faces pálidas do vermelho.

Observe-se que, apesar da aparente coesão esquemática do discurso, estamos diante de uma trama nada simples e que vai além do romance em questão. De um lado, os discursos de caracterização do “subversivo” proliferavam, sobrecarregando-o de sentidos. A produção de documentos sobre os militantes era intensa, ininterrupta. Além disso, certas categorias sociais (como estudantes e intelectuais) já pareciam trazer em si mesmas um estigma, uma marca de

⁴ A relação do general com o Grupo Secreto foi revelada no livro (ARGOLO; RIBEIRO; FORTUNANTO, 1996). Para o conceito de ficção autoritária, ver: Suleiman (1983).

“subversivos” em potencial. Por outro lado, e aqui os limites começam a se turvar, ainda de acordo com a lógica ditatorial, a “subversão” agia em segredo, ocultando-se. Daí a emergência de figuras como o “cripto-comunista” e o “inocente útil” que faziam com que a suspeição se generalizasse. É como se a repressão, no que se refere à profusão de informações, visasse a elaborar um rosto reconhecível para uma figura potencialmente sem rosto, um qualquer um que poderia agir como inimigo do regime. No caso do romance do general Ferdinando de Carvalho, os tidos como inocentes úteis vão, cada um a seu modo e por motivos os mais variados, cooperando com um plano revolucionário. O que, do ponto de vista das práticas repressivas, estaria longe de os inocentar – ou, em termos mais concretos, de os livrar das ameaças de prisão, tortura e assassinato. Assim, na apresentação do romance, a editoria da Biblioteca do Exército alertava o leitor: que se ele reconhecesse como um inocente útil era hora de se “emendar” ; se notasse algum inocente útil em seu círculo de convivência, dele devia se afastar. A “nocividade” social do suposto inocente útil poderia ser, inclusive, maior do que a de um inimigo declarado do regime.

Porém, mesmo diante das figuras mais nitidamente estigmatizadas do que o inocente útil difuso, como o caso dos estudantes, a necessidade tática de informações verídicas se misturava com a lógica despótico-paranoica que pressupunha o inimigo em toda parte. Outro texto, também produzido na ditadura dos anos 1960-80, fornece mais elementos para a discussão aqui proposta, refiro-me à Enciclopédia de Moral e Cívica, destinada a professores e estudantes em geral. Os verbetes da dita Enciclopédia que giram em torno do tema da chamada subversão da ordem têm uma estrutura em comum: são divididos numa primeira parte em que descrevem “objetivamente” o teor da ação em pauta e numa segunda em que tentam dar conta da psicologia e da moral do agente subversivo.

Assim, por exemplo, o artigo sobre a “Agitação” se inicia com uma abordagem etimológica que aponta para o sentido de ações repentinas como um salto, ou algo como um corpo que se sacode violentamente, como marca de um tipo de ação política com a finalidade da implosão da ordem e do progresso. Depois passa para a descrição da mesma como “todas as formas de perturbação da ordem pública” e concluindo com uma empreitada na psicologia do agitador, “espírito irrequieto, dominado por fobias” (ÁVILA, 1978, p. 22).

Na Enciclopédia são recorrentes as imagens do desajustamento, da frustração, da revolta, da irracionalidade, da má educação como atributos do agente subversivo – o problema que se apresenta, porém, ao menos do ponto de vista de uma suposta ação preventiva, seria como saber identificar tais atributos psicológicos no comportamento das pessoas. Para que este jogo interpretativo perdesse esse aspecto perturbador neste texto eminentemente pedagógico, os verbetes que giravam em torno do eixo temático da “subversão” recorriam à estratégia que aparece com toda a clareza no texto sobre a “Desordem” : “Muitas vezes, a desordem externa é um reflexo de uma desordem interior, do mesmo modo que a ordem externa constitui uma disciplina para que seja alcançada a ordem interna.” Aqui, a solução ao dilema policial da diferença entre a ação subversiva e seu agente em potencial parece simples. A resposta não

passaria tanto pela questão sobre quem seria o agente, mas sobre quais seriam seus atributos, “que tipo de pessoa” seria subversiva.

Há que se lembrar, porém, que a Enciclopédia se destinava ao público jovem, a estudantes, sua meta mais evidente não era a consolidação imediata da comunidade de informantes estudada por Marion Brepohl Magalhães. O objetivo era impedir que os jovens se desviassem do caminho da “boa cidadania”. Daí que outro tema repetido à exaustão fosse o do “Hiato das Gerações” (ÁVILA, 1978, p. 304), no fato suposto de que a civilização chegara a um impasse quando os jovens passaram a duvidar dos valores eternos, adotando a iconoclastia e a rebeldia como modo de vida. Ou seja, retomando o discurso sobre o agente subversivo para traçar um dos tipos sociais supostamente mais atraídos pela subversão: a juventude.

Se o público-alvo da Enciclopédia era por ela mesma tratado como potencialmente subversivo, fica claro que seus verbetes não compunham um retrato sereno da ordem almejada, mas eram instrumentos da luta em defesa do desejo de ordem. A transparência pretendida, o discurso sobre o reflexo da desordem interior na vida exterior do sujeito, não pode portanto nos enganar. Dirigindo-se a todos os estudantes do país, a Enciclopédia funcionava como uma espécie de força policial atirando a esmo, visando um agente subversivo que poderia ser qualquer um, estar em qualquer lugar. Claro, isso tinha em mira o efeito da disseminação do medo e do desejo de salvaguarda. Mas nem por isso o problema do agente subversivo perdia sua urgência.

3. A máquina vigilante. O rosto da repressão.

Toda essa teia intrincada de suspeição generalizada, informação e ideologia emergia de modo intenso, e violento, nas práticas dos interrogatórios de presos políticos. A já citada Mariana Joffily aponta relevantes aspectos da dinâmica dos interrogatórios, das torturas, da produção de informações e da rede discursiva na qual estas eram incluídas: elementos como acusações exageradas de delitos por parte dos interrogadores, elaborações forçadas de coerência nos discursos dos interrogados, adaptando-os ao que seria esperado de um “subversivo”, conexões livremente inferidas, sugerem uma mistura quase impossível de ser desfeita entre sentido investigativo e verdades pré-fabricadas. E, note-se, isso num setor estratégico, em que, segundo a lógica da guerra, a informação bem depurada seria essencial. Não menos intrigante é o fato de que, nas transcrições dos interrogatórios, as falas de interrogadores e depoentes estarem de tal modo mescladas que se torna impossível estabelecer uma fronteira precisa, ainda segundo a autora. Nesse sentido, interpolações de comentários e avaliações de interrogadores nos diálogos supostamente transcritos, contaminação entre os diferentes vocabulários da repressão e dos militantes, respostas para perguntas ausentes, estão entre os traços salientados.

De tudo isso, fica a imagem de uma produção incessante de signos que se reiteram e reforçam, sustentada pela vigilância contínua e pela violência. De modo que, como observamos, os “inimigos” eram largamente descritos e avaliados, mas de maneira a, apenas, reiterarem-se como manifestações de uma ideologia que figurava a realidade de modo extremamente cerrado. Um paradoxo, também apontado por Joffily, é que, em contraste com a minúcia obsessiva na descrição dos “subversivos”, quando a máquina repressiva passava a falar de si mesma, fazia-o de maneira extremamente vaga, genérica: limitando-se à defesa de uma noção esvaziada de democracia e de valores morais abstratos. Ao nosso ver, isso se dava porque o signo despótico não precisa falar de si mesmo, uma vez que ele se confunde com o lugar onde a verdade (a sua verdade) é produzida. O despótico está aí para ser interpretado e para produzir verdades e efeitos nas vidas das pessoas. A “comunidade de informações” e aquilo que Joffily denomina, com muita perspicácia, de “centro da engrenagem” estariam, de acordo com essa lógica, no eixo da própria realidade, da ordem moral, do sentido histórico, do universal: coisas que, supostamente, falariam por si sós. Um agente da comunidade de informações ou do aparato de ações repressivas seria um porta-voz da civilização. Seu destino se confundiria com o destino da humanidade. Se antes dissemos que o signo-despótico não necessariamente precisa ser uma pessoa, podendo, nesse caso da ditadura, ser uma ideologia – agora podemos completar o quadro observando, na burocracia impessoal das atrocidades, o seu eixo agenciador.

Burocracia de teor inegavelmente insólito, kafkiano no sentido forte do termo. Em outro importante trabalho, Martha Huggins (2006) observa que havia uma espécie de treinamento para a paranoia no caso dos perpetradores de atrocidades da ditadura, e isso a partir da imagem do perigo difuso e do inimigo que poderia estar em qualquer lugar, tendo que ser detectado a todo momento. Os agentes eram, então, coagidos a pensar constantemente no inimigo. As aparências (de um “subversivo”) enganam, e mesmo durante as torturas os gritos de dor deviam ser recebidos com desconfiança, uma vez que o “subversivo” seria um especialista na arte de encenar. Se o perpetrador de atrocidades notasse em si mesmo algum afeto, que não rancor e cólera, devia também desconfiar de si mesmo, pois sua própria compaixão poderia ser um sinal de que ele estava sendo manipulado, num nível afetivo. Ou seja: nenhuma empatia era aceitável, nenhum afeto que irrompesse e revelasse a singularidade da pessoa presa ou torturada, para todos os efeitos sua existência se limitava ao signo da subversão.

Huggins nos dá, ainda, uma série de pistas para pensarmos as estratégias de despersonalização burocrática que sustentavam o cotidiano das atrocidades: o não fazer perguntas diante de uma ordem recebida, os ritos de iniciação que criavam vínculos a partir da violência sofrida em comum e, por vezes, o uso de um mesmo codinome dentro de uma equipe (como num caso de um esquadrão de elite para a execução, em que todos se denominavam de Pompeu). Se, na prática mais concreta dos embates, a correlação de forças entre a ditadura e aqueles que a ela resistiram se revelou profundamente desigual, em termos propriamente militares, na elaboração dos sentidos, segundo a lógica ditatorial a distância era ainda maior: nada

menos que uma luta entre o lugar da verdade, da civilização e os párias, fossem “ingênuos” ou “mal intencionados” .

Para definirmos de um modo mais nítido a questão aqui lançada, recorramos a um outro procedimento intelectual (tão válido quanto a análise feita mediante um conceito abstrato, como o de regime de signos): vamos produzir uma alegoria. Numa alegoria política, no estilo da figuração de um Leviatã que encarnasse uma forma do Estado, poderíamos observar que a máquina ditatorial agia de acordo com uma espécie de consciência “schreberiana” . Caso clássico da literatura sobre e da paranoia, Schreber vem sendo constantemente reinterpretado também como um caso clássico do pensamento político – que é como ele nos interessa aqui, ou seja, de modo parcial e limitado. Digamos assim: evidentemente, não num sentido psíquico, mas do ponto de vista da lógica e da estruturação da realidade, o aparato repressivo (em suas duas faces de informação e violência) seguia o mesmo diapasão que encontramos na obra de Schreber.

A paranoia tem uma dimensão política, por ser, exatamente, a consciência incansável, sempre vigilante, obsessiva, expressão da crença na onipotência dos poderes explicativos da mente, numa espécie de racionalismo delirante. Nesse sentido, Elias Canetti (1995, p. 411-470) tem uma análise muito sugestiva sobre o sentido político do caso de Schreber. Canetti propõe, como núcleo da paranoia, o desejo de ser detentor do poder (deter, ou seja, conter e dominar o poder, mantê-lo cerrado num centro controlável). Segundo Canetti, a diferença entre o paranoico internado e o soberano bem sucedido residiria apenas nas contingências de uma história que conduziram o segundo ao sucesso. Em ambos, o núcleo do delírio seria o anseio pelo poder, na perspectiva da dominação. Dominação paranoica que se exprimiria, ainda, no desejo de explicar tudo, de encontrar nexos causais para todos os eventos, de não deixar nada de fora do pressuposto por uma racionalidade específica. E que se desdobraria no desejo de sobreviver a muitos mortos e de ter muitos inimigos a derrotar – por consequência, ser alvo de complôs.

Não há aqui a pretensão de se dar conta de toda a complexidade da cosmovisão de Daniel Paul Schreber, que em suas memórias apresentou sua trajetória sob prismas teológicos, reinventando a concepção de Deus e do mundo devido à sua delicada relação com o psiquiatra Flechsig (SCHREBER, 1995). Mas alguns aspectos mais evidentemente políticos merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o mundo de Schreber, após a tentativa que ele atribui a seu psiquiatra de transformá-lo em mulher e por isso quase causar uma catástrofe cósmica, um colapso da ordem natural, era povoado por seres que ele considerava quase-humanos, “homens feitos às pressas” , segundo a expressão usada pelo autor. Além disso, segundo o doutor Schreber, tudo o que acontecia no mundo tinha uma relação direta consigo, o seu corpo era uma verdadeira arena em que anjos, raios luminosos enviados por Deus e um complô maléfico de subversivos lutavam pela destruição ou salvação da humanidade. Daí a necessidade de que ele estivesse completamente alerta, sem descanso. A isso, Schreber deu o nome de “coação a pensar” , uma série ininterrupta de perguntas sopradas em seu ouvido pelos raios divinos (que funcionavam como verdadeiros delatores), que o impediam de relaxar ou adormecer.

A essência da coação a pensar consiste no fato de que o homem é forçado a pensar ininterruptamente; em outras palavras, o direito natural do homem de conceder de vez em quando o necessário repouso aos nervos do intelecto, através do não-pensar (como acontece de forma mais característica no sono) – esse direito me foi limitado desde o início pelos raios que mantinham uma relação comigo e que ansiavam o tempo todo saber em que eu estava pensando. Faziam-me, por exemplo, diretamente – nestas palavras – a pergunta; “Em que está pensando agora?” , uma pergunta já em si mesmo completamente sem sentido, uma vez que sabidamente o homem em certos momentos tanto pode não pensar em nada, como pode pensar em mil coisas ao mesmo tempo. E, como meus nervos por si não reagiam a essa pergunta insensata, foi-se logo obrigado a buscar refúgio em um sistema de falsificação do pensamento, dando, por exemplo, a essa pergunta a resposta: “Na Ordem do Mundo é que ele deveria” , subentendido, pensar, isto é pela ação dos raios obrigava-se meus nervos a fazer as vibrações correspondentes ao uso dessas palavras. (SCHREBER, 1995, p. 62). Grifos do autor.

Canetti destaca ainda o fato de os momentos de crise de Schreber, ou, nos termos do mesmo, seus momentos de maior volúpia da alma, coincidirem com situações em que o poder estava em jogo. Daniel Paul Schreber era jurista, e em 1884, aos 42 anos de idade, concorreu às eleições parlamentares. A derrota fragorosa e os comentários ácidos na imprensa, “quem conhece esse dr. Schreber?” , teriam sido o estopim de sua primeira crise, diagnosticada pelo psiquiatra Paul Emil. Partindo de tais dados biográficos, Canetti procura repensar os limites entre o considerado normal e o patológico. Afirma, ainda, que a diferença entre Schreber e Hitler, por exemplo, seria resumida ao fato de o segundo ter persuadido os alemães. Mera contingência, portanto. Que diria respeito não tanto a casos isolados, patológicos, mas ao próprio sonho configurador dos anseios de soberania em situações ditas normais. Portanto, os elementos dessa máquina repressiva schreberiana seriam: crença na onipotência da (própria) razão; certeza de que o destino do mundo se confunde com o seu próprio destino; existência de conspiradores e inimigos em potencial, sempre atuando, sempre presentes, mas num estatuto sub-humano, de párias, de “seres humanos incompletos” .

4 - A loucura ditatorial vista “de dentro”

Num primeiro momento, as vítimas mais diretas da repressão apareceram, nesse artigo, quase apenas no papel de vítimas. Mas, para que esse texto não se encerre de modo incompleto, é importante observar que os perseguidos e monitorados também observaram, também se espantaram e elaboraram sua própria lucidez sobre os meandros da máquina despótico-paranoica e suas paixões de sujeição absoluta. O perseguidor que pretende tudo ver, também pode ser

observado. Não por acaso, um dos melhores livros sobre a ditadura, englobando historiografia, ciência política, literatura e outros gêneros, é o romance Quatro-olhos de Renato Pompeu, publicado em 1976. O romance não se limita a isso, mas pode ser lido como uma análise da ditadura feita de dentro de um hospício.

Não se trata de um texto autobiográfico, mas é importante notar que ele tem traços das experiências de vida de seu autor, e que estas também demandam atenção. Pompeu escreveu um texto de cunho mais autobiográfico, o Memórias da loucura. Nesse livro, publicado em 1982, o autor fala sobre sua passagem pelo hospício entre 1974 e 1975. O livro tem muitas questões interessantes, mas destaquemos um dado: Pompeu afirma que teve seu surto após ser preso e “maltratado”, em suas palavras. Ou seja, o dado é o de que a repressão política “enlouqueceu” Renato Pompeu – ao menos foi o estopim de seu surto, que envolvia alucinações visuais e ideias por ele mesmo consideradas delirantes, num quadro de mania de perseguição.

Renato Pompeu, em suas memórias da loucura, defende que a loucura é uma doença, contrapondo-se a estudos como os da antipsiquiatria e criticando Foucault. Por outro lado, sua noção de loucura acaba extravasando os limites da “doença mental”, chegando aos níveis social e político. Em primeiro lugar, porque, segundo o autor, pensamentos delirantes todos têm. O que tornaria o caso do louco, propriamente dito, patológico seria o fato de ele acreditar em seus próprios delírios e passar a agir de acordo com eles, chegando, em casos extremos, à violência. Em segundo porque, um paradoxo, não somente da fala de Pompeu, mas de quase todo discurso sobre a loucura é que sempre que se começa a tentar delimitar fronteiras para a mesma, elas começam se expandir, muitas vezes até ao ponto em que se conclui que todos são loucos. A lista dos loucos em seu livro tende ao infinito:

Assim, no Brasil há lugar para os loucos, mas é um lugar limitado. O louco pode ser sacerdote, astrólogo, vidente. Mas ele não pode, mesmo nessas profissões, ser completamente louco. Ele tem que aprender a dominar sua loucura, a só permitir que ela surja quando isso for conveniente, isto é, quando permite seduzir pessoas ignorantes e crédulas que sustentem o louco, que além de líder religioso pode ser também líder político ou terrorista, policial ou torturador. Ou astrólogo – ou mesmo, como veremos, psicoterapeuta (POMPEU, 1983, p. 29).

Essa ampliação do campo da loucura passa, inclusive, no livro de Pompeu pela defesa da tese de que a sociedade, os mecanismos sociais, seriam os verdadeiros agentes patogênicos. O louco, segundo Pompeu, seria aquele que, por alguma fragilidade emocional ou física, ficava como um prisioneiro desses mesmos mecanismos. Mas, de acordo com o autor, mesmo sendo caso crônico, um louco poderia encontrar alternativas para se manter lúcido. A base da sobrevivência consistiria em produtividade e crítica. Produtividade no sentido da transformação dos delírios em obras de arte, escritos, textos filosóficos ou científicos. Crítica, no de se perceber que em todo delírio

haveria uma verdade no nível simbólico. Descobrir essa verdade seria restituir lucidez à loucura. Em síntese: encontrar uma produtividade e uma lucidez próprias à loucura, que teria sua perspicácia singular para decifrar as teias da vida social e do poder.

Quanto ao romance *Quatro-olhos* (POMPEU, 1976), não há aqui espaço e nem seria interessante procurar fazer uma leitura mais cuidadosa. O seu enredo é simples: alguém escreve suas memórias, centradas na procura por um livro em esboço que teria desaparecido, na sua vida ao lado da esposa militante de esquerda e nas reuniões políticas em seu apartamento (o primeiro capítulo se chama “dentro”). Depois, numa segunda parte, intitulada “fora”, descobrimos que esse alguém passou por uma internação num hospício depois de ser abandonado pela esposa, que teria fugido da polícia política, com medo de ser assassinada. Além disso, os originais do livro perdido foram capturados por agentes da repressão. As memórias e a reconstituição do texto eram feitas, portanto, do lado de dentro do hospício.

A densidade poética do romance é notável: sua escrita é fragmentária, uma colagem melancólica de poemas, contos, delírios, reflexões. O que nos interessa aqui mais de perto é a atmosfera asfixiante para as vidas enclausuradas entre o cárcere real do hospício e o cárcere simulado das ruas: “criava no vazio sufocado”, diz o narrador. Nas ruas, predomina um automatismo aterrador nas relações entre as pessoas, que agiriam segundo instruções repetidas em todas as casas, escolas e mesmo bulas de remédio: não se deveria conversar com estranhos, cada um devia se limitar à sua vida privada e aos seus interesses mais imediatos. As notícias eram dadas, antecipadamente, pelos jornais do dia anterior – numa imagem forte para o fechamento do futuro e da esperança num tempo controlado. Há, ainda, alusões às violências mais explícitas, à tortura: “dedos desprezíveis me tocaram, mais de uma vez.” Mas há, ao lado disso, a aparição incessante de uma roseira, procurada com tanto ardor quanto o livro perdido. Surgindo ao lado de alguém que morreu numa rua da cidade, sobrevivendo a um incêndio e anterior à própria história, essas rosas, de um matiz inapreensível por qualquer aparelho de captura movido a coação a pensar, metaforizam a própria força da vida eclodindo na escrita de Renato Pompeu em sua liberdade, apesar de e contra a máquina repressiva (*Quatro-olhos* consta em catálogo de “livros subversivos”, em documento do CISA, órgão arquitetado por Bunier)⁵.

Nesse encontro entre discursos da ditadura e as memórias e o romance de Renato Pompeu, também podemos nos sentir aprisionados num espaço asfixiante. É como se a loucura de Pompeu e a estrutura despótico-paranoica montada pela repressão formassem um círculo vicioso – no qual apenas um dos lados foi vítima das mais terríveis violências. Mas Pompeu procurou elaborar sua própria lucidez, construindo uma crítica incontornável aos anseios de dominação total, usando para tanto duas das maiores potencialidades vitais, a criação e a crítica. Não que seja assim necessariamente, mas nesse caso a leitura feita de dentro do hospício é uma das maiores fontes

5 Documento classificado como confidencial: “Catálogo de livros de ideologia comunista”, 02/05/1985. Arquivo Nacional. Memórias Reveladas. Acervo dos órgãos de informação do regime militar, Fundo CISA, notação: BR NA BSB VAZ 070A 0019.

de lucidez diante dos ardis do regime despótico-paranoico: que, como notamos, desejaria tudo ver e ao mesmo tempo nunca ser visto.

No sentido da produtividade poética, por fim, no romance de Renato Pompeu e em suas memórias, o sujeito não é tratado como fonte de perigo social, mas sim como potência afirmadora da vida. Portanto, matriz da utopia, em seu sentido esperançoso mais concreto. Por isso, esse artigo se encerra com a provocativa dedicatória do livro de memórias de Renato Pompeu: “A todos os loucos do mundo. Mas não posso dizer: loucos de todo o mundo, uni-vos. Tenho de dizer: proletários e pessoas progressistas de todo o mundo, uni-vos para tirar os loucos de sua prisão mental.”

Bibliografia

ARENDDT, Hannah. Lying in politics. Reflections on the Pentagon Papers. In: _____. *Crisis of the republic*. New York: Harcour Brace and Company, 1972. p. 3-48.

ÁVILA, Padre Fernando Bastos de (Org.). *Pequena Enciclopédia de Moral e Civismo*. Rio de Janeiro: FENAME, 1978.

ARGOLO, José A.; RIBEIRO, Kátia; FORTUNANTO, Luiz Alberto M. *A direita explosiva no Brasil: a história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

CANETTI, Elias. *Dominação e paranoia. Massa e poder*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Ferdinando. *Os sete matizes do rosa*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978.

CASTEL, Robert. *A ordem psiquiátrica: A idade de ouro do alienismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Práticas ‘psi’ no Brasil do ‘milagre’ : algumas de suas produções*. Mnemosine, Rio de Janeiro, v. 1, p. 48-52, 2004.

CUNHA, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo. Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DECKES, Flávio. *Radiografia do terrorismo no Brasil. 66/80*. São Paulo: Ícone, 1985.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *587 A.C. – 70 D.C. – Sobre alguns regimes de signos. Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão São Paulo: Editora 34, 2008. v.2.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

HUGGINS, Martha. *Operários da violência. Policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: EdUnB, 2006.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: Os interrogatórios na Operação Bandeirante de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: EdUSP, 2013.

LOBO, Amílcar. *A hora do lobo, a hora do carneiro*. Petrópolis: Vozes, 1989.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997.

PELBART, Peter Pál. *Da clausura do fora ao fora da clausura: Loucura e desrazão*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

POLARI, Alex. *Inventário de cicatrizes*. Rio de Janeiro: Comitê Brasileiro pela Anistia, Teatro Ruth Escobar, 1978.

POMPEU, Renato. *Memórias da loucura*. São Paulo: Alfa-ômega, 1983.

_____. *Quatro-olhos: romance*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.

SCHREBER, Daniel Paul. *Memórias de um doente dos nervos*. Trad. Marilene Carone. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SULEIMAN, Susan. *Authoritarian fictions. The ideological novel as literary genre*. New York: Columbia University Press, 1983.

TAVARES, Flávio. *Pau de Arara: La violência militar en el Brasil*. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1972.

Recebido em 28.02.2015 – aprovado em 08.09.2015